e 24, inciso III, alínea "b" da Resolução n. 341, de 2024, que "institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal", pelos fatos e fundamentos a seguir detalhados.

I – DOS FATOS

Em 1º de setembro de 2025, em reportagem do jornal DF2 (Rede Globo Brasília) intitulada "Mesa Diretora da CLDF aprova suspensão do mandato de Daniel Donizet" (link: <https://globoplay.globo.com/v/13891681/>), a Deputada Paula Belmonte, ao comentar o caso, afirmou textualmente: "eu não estou dizendo que acontecia, a gente está fazendo essa investigação, **mas o que a gente via era exigência de passar pelo teste do sofá para se manter no gabinete**, o que nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma."

A Representada proferiu a declaração livre e conscientemente, em telejornal de grande audiência em TV aberta, com ampla repercussão. As representantes — servidoras que trabalham ou trabalharam no gabinete referido — repudiam veementemente a imputação, totalmente desprovida de base fática.

A menção a favorecimento sexual lança pecha depreciativa sobre as servidoras, configurando ofensa direta à integridade profissional e pessoal, com dano à imagem e à honra perante a sociedade e suas famílias. A gravidade se acentua porque a Representada ocupa a função de Procuradora da Mulher na CLDF, posição vocacionada à proteção de direitos das mulheres, não à difusão de estigmas que generalizam, diminuem e sexualizam a atuação de servidoras públicas no Poder Legislativo.

Tais declarações maculam a honra e o profissionalismo das representantes, sem qualquer lastro probatório, gerando profundo constrangimento no meio social e familiar.

II – DA INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

A conduta se amolda a "procedimento incompatível com o decoro parlamentar" (art. 13, XII, Res. 341/2024), porquanto consubstancia imputação pública gravíssima — em tese, passível de tipificação como crimes contra a honra —, capaz de afetar negativamente a dignidade da representação popular e a imagem institucional da CLDF.

Afirmção de tal gravidade e contundência não convive com a possibilidade de que venha a ser proferida em caráter especulativo, exigindo fatos, provas e, principalmente, cuidado com as mulheres diretamente afetadas. Ao expor publicamente servidoras, de forma genérica e sem qualquer lastro, a Representada falhou com o zelo e o respeito exigidos pelo cargo, colocando sob suspeita a probidade das profissionais e atingindo sua dignidade.

O Art. 13, inciso XII, estabelece como procedimento incompatível com o decoro parlamentar a prática de "atos, tipificados ou não como crime, que,

J. Alimou
hmo

por sua gravidade e ilicitude, afetem negativamente a dignidade da representação popular". As acusações de "teste de sofá", proferidas publicamente por uma deputada atingem diretamente as servidoras e ex-servidoras do gabinete, são de extrema gravidade, configuram possíveis ilicitudes como calúnia e difamação, e afetam diretamente a dignidade da representação popular e a imagem da Câmara Legislativa.

Além disso, essas falas configuram violação dos deveres fundamentais dos Deputados Distritais expressamente previstos no Código de Ética, dentre os quais: i) "agir com zelo, lealdade, probidade e eticidade" (art. 4º, II) - as acusações infundadas revelam ausência de cuidado com a dignidade pessoal e profissional das servidoras, expostas publicamente sem qualquer base fática real; ii) tratar as pessoas "com respeito, discricção e civilidade compatível com a dignidade parlamentar" (art. 4º, XI) - suas declarações públicas foram desrespeitosas com as servidoras, expondo todas aquelas profissionais que trabalham ou trabalharam no gabinete, situação especialmente sensível em função da posição de Procuradora da Mulher, situação em tudo incompatível com a civilidade exigida pelo cargo de Deputada Distrital. Como se vê, as servidoras do gabinete foram diretamente ofendidas por suas falas e tiveram sua probidade e dignidade pessoal colocadas sob suspeição, sem qualquer fundamento.

Note-se, ainda, que não se trata de fala em ambiente privado e que se tornou pública, cuja reprovabilidade poderia ser mitigada. A Deputada, de forma livre, deu as declarações a veículo de mídia de grande audiência, portanto tendo plena consciência da enorme repercussão que tais falas teriam, inclusive quanto as vidas das mulheres que expos indevidamente e cuja dignidade colocou em dúvida.

Diante da gravidade dos fatos narrados e da flagrante quebra de decoro parlamentar, a sanção cabível é a perda do mandato da Deputada Paula Belmonte. O Art. 19, inciso III, alínea "b", da Resolução nº 341, de 2024, estabelece que a perda do mandato de Deputado Distrital é aplicável nos casos de "procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar pelas condutas capituladas no art. 13". Por sua vez, o art. 13, XII da mesma resolução informa que são procedimentos incompatíveis com o decoro "praticar atos, tipificados ou não como crime, que, por sua gravidade e ilicitude, afetem negativamente a dignidade da representação popular". A conduta da Deputada Belmonte, ao proferir acusações tão sérias e infundadas que maculam a honra de servidoras e a dignidade da instituição, enquadra-se claramente nestas previsões.

III – DAS PROVAS

Para a devida instrução desta Representação, as autoras indicam como provas:

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Paula Belmonte" and other illegible marks.]